



Guilhermina Augusti é artista plástica e estudante de Filosofia, nascida em São Paulo e atualmente residente no Rio de Janeiro. Seu trabalho investiga a eclosão da racialidade, abordando questões relacionadas ao “corpo” em uma perspectiva outra de humanidade, integrando elementos da natureza, geometria, simbologia e adinkras. Essas questões são traduzidas em diversas linguagens como a serigrafia, a arte digital, bandeiras e escrita.

Em 2022 recebeu o 8º Prêmio Artes Tomie Ohtake, a edição voltada para artistas mulheres cis e trans e pessoas não binárias e foi premiada com a medalha da ordem do mérito cultural carioca pela Prefeitura do Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi a 5º artista convidada a hastear uma bandeira no Museu de Arte do Rio e realizou sua primeira exposição individual no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) intitulada “Atos/Simbologias”. Em 2023 foi uma das indicadas ao Prêmio Pipa.

Entrevista por Lucia Dias Costa Barros e Reinan Ramos dos Santos

Alter: Em 2023, você inaugurou sua primeira exposição individual no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, na Pequena África, no Rio de Janeiro. A mostra chamada *Atos/Simbologias* está dividida, como lemos no texto de apresentação do curador Caíque Cavalcanti, “em três eixos conceituais: habitar a cidade, habitar a lua e eclosão”. Em que medida a preocupação com a elaboração conceitual ou filosófica está presente em sua prática artística? Tais dimensões são separáveis?

Guilhermina Augusti: Todo meu arranjo conceitual e a construção das obras estão interligados, mas construirei um caminho que exiba de forma mais sucinta tal motivo. Sou graduanda em filosofia e, além disso, a filosofia me acompanha extra ambiente acadêmico. Penso que frequentemente a filosofia se dissolve em outras linguagens para investigar questões variadas e densas, como acontece no meu trabalho com as artes visuais – com isso, podemos compreender que não é possível fazer uma divisão tão estrita entre conceito e prática. Ainda, sempre sinalizo a filosofia como a principal estrutura nos meus trabalhos, assim não acredito em uma divisão entre ambas as coisas, não seria possível separar o espectro visual materializado em pintura, bandeira ou serigrafia da própria motivação filosófica.

Mas para além dessas informações, num parâmetro que atravessa meu trabalho e vai além dele, pouco acredito no aspecto linguístico deslocado de um contexto prático, mesmo que essa linguagem produza significantes distintos de acordo com falante e atos intencionais. Por exemplo, a palavra “escurecer”, bastante utilizada no meu trabalho, significa segundo atos intencionais que atribuem a ela valores variados, que fazem com que ela produza significantes distintos. Ou seja, esse “escuro” pode se referir a um aspecto tonal, ou àquilo que torna um elemento diferente de outro por atribuições ontológicas, sociais, raciais. Aqui temos duas compreensões lógicas que nos fornecem concepções distintas da significação de “escuro”, indeterminante ou definitiva, visível ou não-visível, eu ou outro, permanente ou uma fragilidade.

Digo todas essas coisas pelo motivo de que me lembram do fazer pintura, serigrafia ou qualquer outro ato artístico visual prático, no qual a utilização de objetos geométricos como tridentes, círculos e flechas nas cores preto, verde e vermelho possivelmente no Brasil se ligam a um contexto afro-brasileiro. Contudo, utilizo desse espaço para responder à pergunta a partir de outro eixo, sinalizando que minha pesquisa neste momento, agora, no que tange a filosofia e as artes visuais, está interessada em uma genealogia estética compreendida enquanto tradição afro-brasileira, está interessada na totalidade signográfica, na derrocada dos termos raciais essencializadores, ou mesmo, nos termos de Achille Mbembe, na “declosão”.

Por fim, acredito muito no gesto do improvisado, seja no contexto musical como no som de Djalma Corrêa, na construção geométrica como nos trabalhos de Rubem Valentim e Yêdamaria, em que o ato da improvisação está intrinsecamente ligado a um aspecto de tradição, pelo motivo de conceber uma colisão, fissura, rachadura ou mesmo corte com aquilo mesmo que o próprio sujeito negro pode figurar.

A: Em suas obras, você afirma combater a “fixação essencialista promovida pela colonialidade”.¹ Isto, através de um trabalho de pesquisa que além de plástica e visual, passa pela palavra e pelo discurso. Quais as suas estratégias para tornar menos rígidos os espaços dominados por práticas artísticas e filosóficas nas quais ainda perdura a metafísica moderna, ou seja, eurocentrada?

G.A.: Questão densa, como deve ser. Interessante, pois, em alguns pontos, essa questão me leva à primeira. Quando comecei a fazer artes visuais, eu senti uma certa pressão para que eu trabalhasse com certo conjunto contextual, frequentemente direcionado a autoras travestis negras. Antes de qualquer colocação, me antecipo e sinalizo que o problema que identifico não está em poder falar sobre x ou y, pintar sobre a ou b, mas atribuir que certa corporalidade deve tratar sobre tal questão, e ainda tratar sobre essa questão em termos reducionistas.

Ocorre no circuito das artes visuais um fetichismo proveniente do próprio sistema artístico preocupado com questões “identitárias” (leia-se entre muitas aspas), neoliberal, que capta certas propriedades relevantes a ela a fim de tornar aquilo vendável. Espera-se que uma autora negra trabalhe certa visualidade e conceitue delimitadamente, espera-se que uma autora feminina cis trabalhe com certa visualidade e conceitue de forma delimitada seu trabalho, espera-se que uma autora trans trabalhe com certa visualidade e conceitue delimitadamente seu trabalho – sendo que esse “espera-se” está frequentemente ligado a um conjunto fetichista, reducionista, essencializador em um imaginário social que aloca também curadores, críticos, galeristas e instituições.

Diante disso, tornar os espaços menos rígidos é compreender que há muitas camadas estruturadas em fazer com que as coisas permaneçam as mesmas, ao nomear o “diferente”, a “diversidade” e o “estrangeiro” como naturais. O que posso fazer para mudar isso? Como mudar esse permanecer?

Todo dia continuamos, repetimos, e relembramos essa razão transcendental que se consolidou nesses mais de 500 anos de Brasil, todo dia, como nomeia a filósofa Denise Ferreira da Silva, reproduzimos a “arquitetura jurídica e econômica da diferença racial”, de gênero e de tantas outras. Como descontinuar, como fazer com que as coisas deixem de ser repetidas? A todo momento me recordo do meu esforço de descontinuar as ideias de que quando “eu” me apresento, ou apresento um trabalho, critérios como raça, gênero e outros dentro do campo da identidade chegam primeiro, quase que me apresentam e me delimitam antes mesmo de eu falar meu simples nome, e o que de fato eu sou.

Meu desejo está em atribuir forças para descontinuar as práticas de essencialização, determinação e limitação do que eu possa ser ou fazer, forças essas capazes de abalar as coisas no intuito de que elas não continuem, que as repetições dessas violências seja interrompida.

Me lembro de minha bandeira “NEGROREFERENCIAR A REALIDADE — PRESENTIFICAR O IMPOSSÍVEL”.



A: Um dos seus trabalhos com maior visibilidade foi a bandeira ATRAVECAR ESCURECER², hasteada no Museu de Arte do Rio durante o primeiro semestre de 2022, fazendo de você a quinta artista a tê-lo feito. A bandeira é um concentrado dos temas que permeiam sua obra, como as questões de raça e de gênero, o problema da escrita, o geometrismo e abstracionismo afro brasileiros, a simbologia Adinkra e o cromatismo. As palavras "atravecar" e "escurecer" podem ser lidas na sua bandeira tanto no infinitivo quanto no imperativo. Mas você reivindica o infinitivo. Por que?

G.A.: Assumindo que a realidade em que estamos inseridos, o real da colonialidade, do capitalismo, das forças tirânicas que promovem o desaparecimento de indivíduos e comunidades inteiras pode chegar ao fim, ou seja, que as forças que mantêm vigente esse real não é indestrutível, e possivelmente é mais frágil do que podemos imaginar. Com isso, há sempre um "real" constituído como autoevidente, como natural, como imutável em um jogo de permanência, mas essa própria permanência em si não é, e nem deve ser tomada como inabalável.

Quando faço o uso do signo da bandeira, primeiro, estou interessada em questionar a própria ideia de bandeira enquanto um signo frequentemente vinculado a um arsenal que produz contextos e condições de exclusão. No meu trabalho essa materialidade está investigando elementos tensionadores. Um signo levantado ao céu que evidencia no infinitivo duas palavras que tensionam o próprio leitor, ATRAVECAR ESCURECER não direciona a ninguém, não parte de ninguém, é um fazer, um a ser-feito, um sendo feito, porém, um jamais feito.

Ainda na sua concepção, ambas as palavras se relacionam fortemente com outras. "Atravecar" em sua origem está relacionada com "atravessar". Sempre que atravessamos, partimos de um ponto x para o y, e o que fica no ponto x e o que há no ponto y é parte da questão. Continuo descobrindo sentidos de ATRAVECAR. Até onde as palavras chegam?

Uma provocação inadequada que combina contextos de grupos específicos para a criação de uma nova palavra, que agora não é individual. Esse aspecto ontológico é uma provação mesmo, mas também é uma improvisação, esse gesto de quebra de ritmo de algo já feito, um abandono de sentidos da linguagem, como se agora essa palavra seguisse outras forças que não fossem redutoras.

Escurecer é isso, obviamente tem um aspecto físico tonal, próprio do sentido da palavra, mas também carrega uma série de significantes que se relaciona com grupos específicos.

Tive agora um breve presságio da imagem específica que veio à cabeça quando criei a bandeira, entre essas duas palavras uma flecha vermelha. No ato de criação me veio o plano cartesiano, a geometria. E penso na geometria como esse campo que possibilita um debate sobre a linguagem, sobre signo, sobre tantas outras coisas indizíveis.

A: A simbologia Adinkra, que você investiga nas suas obras, têm signos que são baseados em corpos celestes, vegetais e humanos. No seu trabalho com artes digitais você também explora figuras de animais. Essa perspectiva outra que a da humanidade dialoga, em seu trabalho, com a questão da eclosão? De que modo?

G.A.: Penso que a melhor forma de responder tal questão seja seguindo dois caminhos distintos, o primeiro se referencia no sentido histórico e o segundo numa provocação.

Começando pelo segundo, sempre me preocupou certos discursos ditos científicos construídos para exibir diferenças sobre grupos, diferenças que são frequentemente motivadas a fim de sustentar discursos eugenistas e transfóbicos. Me antecipando, não estou de forma alguma dizendo que somos iguais, não somos. Porém, alguns discursos têm como propósito dizer que um corpo é superior e outro inferior, por motivos variados, já vimos isso se repetir na história e o vemos até hoje.

Também não estou interessada nesses trabalhos que flertam com hibridismo em deslegitimar o conceito de humanidade, pelo próprio motivo de que a humanidade foi utilizada como reguladora de certas violências. O que estou buscando nesses corpos que possuem características animais, ciborgues, tecno-científicas é propor uma reflexão sobre o limite do corpo, propor pensar outros corpos para além da limitação estabelecida no comum da ideia de "humano" – ou seja, a de que um corpo que deve permanecer e corresponder a uma série de propriedades que são constituídas como naturais, uma falsa permanência de elementos físicos que dentro de uma partícula diminuta da matéria sempre está em estado de mudança; e mudança esta nunca deve ultrapassar marcadores que possibilitem outras existências constituídas como monstruosas – corpos abjetos, corpos modificados, corpos que apontam para o ideal de "humano" e proclamam sua falsidade.

Sobre o sentido histórico, estou recentemente fazendo uma pesquisa mais densa sobre a Operação Tarântula (1987), e me interessa saber o porquê de essa operação, deflagrada pela polícia civil do Estado de São Paulo com a finalidade de perseguir e exterminar a população de mulheres trans e travestis, possui tal nome. O motivo do nome "tarântula" me interessa, justamente pelo contexto de limite e também pelo sentido moral.

Por fim, "eclosão" é essa abertura para fora, abertura para além dos limites estabelecidos, determinados e compreendidos como naturais, e nesse aspecto nada melhor do que exibir a partir de um diálogo entre transgeneridade e corpo.

A: Você afirma que trabalha as questões do corpo sob a perspectiva crítica da diferença. Nos últimos tempos, corpos que foram esquecidos e desvalorizados têm se tornado mais presentes na arte contemporânea brasileira. Não obstante a importância política e estética desse reconhecimento, ainda há muitos obstáculos. Quais são os desafios de sustentar essa premissa crítica da diferença sem recair em homogeneizações ou referenciais identitários que podem limitar a potência dos trabalhos?

G.A.: Estou alinhada com um pensamento crítico sobre a diferença que pensa sobre raça em termos de questionamento, e não de uma afirmação do que raça poderia ou deve ser.

Assim, quando faço evidente palavras a partir das quais referencio minha trajetória artística, é pelo motivo de que estou falando de mim, não estou interessada em uma possibilidade universal, determinista. Ainda que minha pesquisa esteja, obviamente, buscando conceber uma crítica contundente a esse local de falha, à raça, ao gênero, a outros tantos marcadores que são importantes, mas que no contemporâneo são reguladores de como um ser deve experimentar a sua própria humanidade, habitar e experienciar a vida, no sentido pleno do que vida é.

Trabalho e me recordo diariamente pelo motivo da violência da diferença que chega a meu corpo, assim visto conceber uma crítica ao sujeito da metafísica moderna, e que na contribuição do aparato semiótico discursivo dessa crítica a própria palavra sujeito, em sua continuidade, forneça mecanismos para possibilitar sua dissolução, no qual sua permanência não seja efetivamente continuada em seu significativo, como me recorda [Gayatri Chakravorty] Spivak: “o sujeito soberano inaugura um Sujeito”.³

Penso para além de tudo que é sumamente importante sinalizar que não devemos buscar um determinismo, essencialismo, fundamentado em aspectos raciais, de gênero, e outros atributos, mas que, pelo contrário, a crítica a essas questões não venha fazer com que a história da tragédia racial humana se repita.

Referenciar a realidade em múltiplas possibilidades, sejam essas além de um limite do pensável, além dos limites estabelecidos no contemporâneo como reguladoras da vida humana, reguladoras da relação entre grupos, espécies, entre razão, espiritualidade, corpo. Eclodir aquilo mesmo que essas coisas significam.

¹ Entrevista concedida ao Prêmio Pipa. <https://youtu.be/koM3O72hJwo>

² Atraveçar Escurecer, Bandeira hasteada pilotis MAR, 2022, Guilhermina Augusti. Crédito da imagem: Beatriz Gimenes - MAR.

³ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 25.